

Falta de definições prejudica mineração

9 OUT 1987

anc P. 2

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

"Os mineradores são aventureiros. Arriscam seu capital para descobrir progresso. Hoje, devido à indefinição da política mineral, todos temem chegar perto das áreas indígenas.

Se o Congresso se tornar um cartório, a situação vai piorar." A declaração foi feita pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Sérgio Marinho Nunes, durante o debate "Mineração em terras indígenas", realizado anteontem à noite no Clube de Engenharia do Rio, com a participação, ainda, de Alfredo Ruy Barbosa, professor de Direito Constitucional da PUC-Rio e assessor jurídico da Vale do Rio Doce, e Wanderlindo Carvalho, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Ao criticar a ação dos grupos que tentam impedir a exploração de riquezas nos territórios indígenas, "em nome de um protecionismo exagerado", Marinho Nunes alertou para o perigo de o Congresso assumir uma responsabilidade que não terá condições de fazer cumprir: fiscalizar e dar concessões para a mineração em terras indígenas, como está previsto no substitutivo de Bernardo Cabral.

Ao lembrar a série de denúncias publicadas por *O Estado de S. Paulo*, Marinho Nunes afirmou não ser justo deixar a Nação sem conhecimento das riquezas minerais existentes em terras indígenas, como querem as organizações missionárias. Para o empresário, é preciso que os defensores dessa posição se lembrem de que os índios, em sua maioria, são poucos e nômades, e que fechar essas regiões ao progresso é "um crime contra a Nação". Ressalvou, entretanto, concordar com o substitutivo de Cabral na parte que pretende fechar o acesso das mineradoras estrangeiras às terras dos índios, pois acredita que elas não teriam o devido cuidado com a preservação da cultura das tribos.

O professor de Direito Constitucional e assessor da Vale do Rio Doce, Alfredo Ruy Barbosa, acha que, por enquanto, não há solução para o problema. Por um lado, os órgãos existentes não têm condições de fiscalizar a atividade das mineradoras;

por outro, pensa-se em dar ao Congresso poderes de concessão para a lavra, o que é muito mais desastroso, frisou.

O jurista ponderou que o Congresso não teria condições de fiscalizar a atividade — que deve ser acompanhada passo a passo — e poderia ser, facilmente, enganado por um projeto bem apresentado. Sublinhou a importância de a Constituinte não barrar o caminho da mineração em terras indígenas, porque se deve "legislar para o futuro", dando condições para o País se desenvolver. Enfatizando existirem pontos confusos no substitutivo de Bernardo Cabral, no tocante ao "privilégio" da União na lavra em áreas indígenas, Alfredo Ruy Barbosa disse que, fatalmente, as áreas para mineração da União acabariam sendo exploradas pela Vale do Rio Doce. Para ele, a mineração em terras indígenas ainda vai demorar muito tempo para se tornar necessária. Historiou, no entanto, os problemas que a própria Vale do Rio Doce teve quando abriu Carajás: "O acompanhamento foi bastante rígido, com cuidados com o meio ambiente e a ambiência dos índios, mas mesmo assim ocorreram problemas". Para o jurista, há muita "emoção" e "sentimentalismo exagerado" nos debates travados entre os "setores pró e contra". O importante, de seu ponto de vista, é conceituar bem a questão, para evitar que futuras descobertas minerais substanciais sejam inviabilizadas.

Wanderlindo Carvalho, diretor do DNPM e defensor dos chamados "privilégios da União", disse acreditar que "a mineração em terras indígenas apressará o genocídio praticado desde os tempos de Cabral. Em 1500 existiam seis milhões de índios de 970 povos no Brasil; hoje são pouco mais de 200 mil, de apenas 100 grupos". Wanderlindo lembrou a experiência dos Estados Unidos, onde a mineração em terras indígenas é permitida, mas sob normas rígidas, e afirmou que mesmo assim elas são violadas: "Nos EUA o índio é dono do solo e do subsolo. Eles, que têm leis desenvolvidas, num país mais desenvolvido, têm dados dramáticos, como o aumento da violência nas reservas indígenas depois da entrada de empresas de mineração. Imagine isso no Brasil, onde as instituições são fracas".